

## Sinodalidade e missão: Por uma Igreja caminhante a partir das periferias

Eduardo Pessoa Cavalcante <sup>1</sup>

**Resumo:** Caminhar juntos como Igreja, como Povo a Caminho (At 9, 2; 18, 25; 19,9), nos passos de Jesus. Buscaremos refletir sobre sinodalidade e missão a partir dos vulneráveis, em um artigo teórico-crítico de natureza bibliográfica. Para tanto, propomo-nos aprofundar o papel e as implicações que a escuta desempenha nesse contexto; demonstrar que essa Igreja é chamada a se fazer caminhante a partir das periferias; ponderar que todo Povo de Deus é responsável para construir esse caminho, como dom do Espírito e missão de todos. Ao final, queremos explicitar que esse processo sinodal é fundamental para a Igreja, ícone da Trindade no mundo de hoje.

**Palavras-chave:** Igreja. Povo de Deus. Sinodalidade. Escuta. Periferias.

### INTRODUÇÃO

“Igreja e Sínodo são sinônimos”. Assim nos recordou o Papa Francisco, citando São João Crisóstomo, por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos (17/10/2015). Aliás, tudo indica que, antes mesmo de sermos chamados de cristãos (At 11,26), já éramos conhecidos como pertencentes ao Caminho (At 9, 2; 18, 25; 19,9).

Sínodo nos remete a um vocábulo grego que poderíamos traduzir como *caminhar juntos* ou *jornada compartilhada*. É neste sentido que apresentamos este texto, isto é, enxergando a sinodalidade da Igreja como esse caminhar juntos que todos somos chamados a realizar enquanto comunidade de batizados ungidos e movidos pelo Espírito Santo. É um aspecto profundamente relacional que vai às raízes do ser Igreja. Não é por outra razão que o Papa Francisco tem chamado tanto a atenção de todo o Povo de Deus para essa dimensão constitutiva da Igreja, muitas vezes esquecida ou relegada a momentos muito específicos da vida eclesial.

Propomo-nos a ponderar sobre dois elementos que consideramos fundamentais quando pensamos na sinodalidade da Igreja, quais sejam: 1. Caminhar juntos na escuta. Neste ponto abordaremos a necessidade dessa escuta ocorrer em dois âmbitos intimamente relacionados: o intra-eclesial e o extra-eclesial; 2. Caminhar a partir das periferias. Aqui apresentaremos um elemento igualmente essencial: esse caminhar juntos deve ocorrer a partir dos pobres, excluídos e sofredores como lugar teológico. De onde partimos, conforme veremos

<sup>1</sup> Doutorando em Teologia pela FAJE. Bolsista CAPES. Contato: eduardocavalcante@yahoo.com.br. Mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); aluno do programa de doutorado da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), e bolsista da CAPES; correio eletrônico: eduardocavalcante@yahoo.com.br

mais adiante, resultará em que direção queremos seguir como Igreja, Povo de Deus sempre a caminho.

## 1 CAMINHAR JUNTOS NA ESCUTA

Uma Igreja sinodal é aquela que cultiva e percorre o caminho da escuta recíproca, colaborativa e respeitosa entre todos os fiéis, afinal formamos todos um único – e multiforme – povo. Não como uma liberalidade, ou como se fosse algo acessório. Ao contrário, trata-se de um elemento constitutivo do próprio ser Igreja<sup>2</sup>. Assim, não há sinodalidade sem escuta, da mesma forma que não há Igreja sem sinodalidade.

E escutar, como bem nos recorda Francisco, é mais do que ouvir (EG 171). Requer uma postura paciente, generosa, consciente de que, pelo batismo, todos os membros da Igreja possuem a mesma dignidade (LG 32). Fiéis leigos e fiéis ordenados, trilhando juntos o caminho do discernimento eclesial. É justamente isso que a sinodalidade almeja: discernir, como Povo de Deus, o que o Espírito Santo pede à sua Igreja. Isso implica numa profunda mudança de mentalidade, numa verdadeira conversão pastoral<sup>3</sup>. Com efeito, é importante reconhecer que “a conversão pastoral diz respeito, principalmente, às atitudes e a uma reforma de vida. Uma transformação de atitudes é necessariamente dinâmica: ‘entra em processo’, e só é possível moderá-lo acompanhando-o e discernindo-o” (FRANCISCO, 2013, p. 137). Neste sentido, podemos dizer que essa necessária conversão pastoral nos conduz a uma também necessária conversão sinodal.

A escuta como Igreja caminhante possui duas dimensões fundamentais: uma intra-ecclesial, e outra extra-ecclesial. Ou seja, ela não se faz caminhante na escuta apenas *de* e *entre* os seus membros, mas também empreende diálogo com aqueles que se encontram fora de seu espaço institucional. Para além de suas estruturas próprias, a Igreja é chamada para estar no mundo como sinal do amor misericordioso de Deus. Assim, quando nos remetemos a questões que, a princípio, possam parecer estritamente internas da Igreja (dimensão intra-ecclesial), na verdade estamos ponderando sobre aspectos que condicionam como ela se relaciona com a sociedade (dimensão extra-ecclesial). A maneira como a Igreja se apresenta atesta e legitima a mensagem que ela oferece à humanidade.

Na sua dimensão intra-ecclesial, a Igreja, enquanto comunidade de batizados, tem como um de seus grandes desafios justamente dar concretude a este caminhar juntos no

2 Assim explicitou o Papa Francisco em discurso proferido em 17/10/2015 por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos. Por sua vez, Bento XVI, em homilia proferida na missa de abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, também afirmara que a maneira como a Igreja se reúne para em pequenas e grandes assembleias “não é uma simples questão de procedimento; é resultado da mesma natureza da Igreja, mistério de comunhão com Cristo no Espírito Santo”.

3 Para aprofundar o tema da conversão pastoral remetemos aos números 365-372 do Documento de Aparecida, e aos números 25, 27 e 32 da *Evangelii gaudium*. Também indicamos o discurso de Francisco para o episcopado brasileiro e, posteriormente, à coordenação do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho) quando de sua vinda ao Brasil em 2013, que aqui transcreveremos apenas um pequeno recorte.

reconhecimento recíproco entre todos os fiéis<sup>4</sup>. Teoricamente não parece haver muita resistência. Entretanto, quando partimos para a realidade dos variados organismos eclesiais, especialmente os espaços de decisão, há que se reconhecer que temos avançado lentamente. Nessa perspectiva, as estruturas, instâncias de governo e de planejamento eclesial são chamadas a fomentar a comunhão efetiva, fugindo de uma postura clericalista. O fechar-se em pequenos grupos, numa espécie de seletividade do Espírito Santo, não condiz com a dinâmica Trinitária, em que há igualdade plural na unidade. A Trindade é, pois, fundamento do diálogo, do amor gratuito, da variedade de ministérios e, conseqüentemente, da própria sinodalidade na Igreja. Essa Igreja, “[...] ícone da Trindade, é uma no mistério da Água, do Pão, da Palavra e do Espírito, e varia na riqueza de dons e serviços de que é plena” (FORTE, 2005, p. 35). A sinodalidade mergulha nas entranhas da natureza desse mistério que é a Igreja.

Aprofundar a sinodalidade na Igreja é tarefa de todos, porém há maior responsabilidade para aqueles que estão à frente das comunidades e exercem funções de governo e pastoreio. A sinodalidade real – e não meramente teórica – se manifesta em mecanismos efetivos que garantam, dentro do possível, a participação de todos os fiéis nos processos de reflexão, coordenação e de decisão. Como pontuou a Comissão Teológica Internacional, em seu documento sobre a sinodalidade, “a dimensão sinodal da Igreja deve ser expressa por meio da aplicação e do governo de processos de participação e de discernimento capazes de manifestar o dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais. A vida sinodal se exprime em estruturas sinodais [...]” (CTI, 2018, n. 76).

Nesse horizonte, o primeiro nível de exercício da sinodalidade se concretiza na Igreja particular (Documento sobre a sinodalidade – Comissão Teológica Internacional, n. 77). Especificamente as paróquias, unidas a uma Igreja particular, são fundamentais na vivência sinodal como espaços onde se vive cotidianamente esse caminhar juntos. Elas “são células vivas da Igreja e o lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e a comunhão eclesial. São chamadas a ser casa e escolas de comunhão” (DAP, 170).

Assim, é importante renovar e mesmo reestruturar/transformar os diversos organismos sinodais já existentes nas igrejas particulares, promovendo a participação de todo Povo de Deus, especialmente dos leigos, já que há, em muitos casos, uma existência meramente *pro forma*. Na esfera paroquial, são de extrema importância para uma maior prática sinodal o real funcionamento – num ambiente de liberdade e respeito – dos conselhos pastorais e para assuntos econômicos. Entretanto, é sintomático observar que esses organismos permanecem como sendo apenas consultivos. Ou seja, pode-se opinar, aconselhar e por vezes discordar. Entretanto, decidir de maneira colegiada, buscando consensos como Povo de Deus, não. As decisões continuam concentradas nas mãos dos ministros ordenados, enquanto aos ministros leigos é reservado, na maioria das vezes, a função de simplesmente executá-las. A verdade é que esse modelo segue uma visão piramidal de Igreja, em cujo topo estão os fiéis ordenados,

4 Por fiéis estamos nos referindo a todos os batizados: leigos, ordenados, religiosos. Parece-nos impreciso, e no sentido contrário ao reconhecimento da igual dignidade advinda do batismo, para dizer o mínimo, usar o termo fiéis apenas quando se está a se referir aos leigos.

numa mentalidade da cristandade pré-Vaticano II. Expressa um clericalismo difícil de ser transposto, pois acoberta privilégios e concentra poderes.

Ademais, conforme mencionamos anteriormente, há outra dimensão nesse processo de escuta, característica essencial da sinodalidade, qual seja, estar aberto ao diálogo com o mundo, com a sociedade em toda as suas expressões, para além da institucionalização eclesial. Aqui podemos extrair outro importante ensinamento do Vaticano II:

Em virtude de sua missão que é de iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica e reunir em um único Espírito todos os homens de todas as nações, raças e culturas, a Igreja torna-se sinal daquela fraternidade que permite e consolida um diálogo sincero (GS 92).

Paulo VI nos diz que: “a história completa da salvação humana é a de diálogo extenso, variado, que começa maravilhosamente com Deus e que Deus estende com mulheres e homens em tantos e tão diversos caminhos” (PAULO VI, *Ecclesiam suam*, n. 70). Ao criar, Deus entra na história, caminha com a sua criação. É um Deus-relação, um Deus-misericórdia, que se revela nas estradas da história, especialmente na face dos pobres e sofredores. A Igreja é, portanto, chamada a também sair de si mesma, como dom e mistério de Deus à humanidade e a toda criação.

Com efeito, o diálogo fraterno faz parte da missão da Igreja, até porque a evangelização se dá no interior das relações sociais e dos processos históricos. Nada há no mundo que não seja alcançado pelo amor de Deus, fonte de vida, mas também fonte de luta, resistência e acolhimento. Nesse sentido, Senior e Stuhlmüller afirmam que “nenhum ser humano ou grupo social pode ser considerado como absolutamente estranho quando, de fato, o impulso mais profundo da religião bíblica é que o Deus de Israel e o Deus de Jesus é o Deus de todos”. E mais, “o Deus bíblico permaneceu ‘católico’ mesmo quando o seu povo não o era” (SENIOR E STUHLMUELLER, 2010, p. 510).

A sinodalidade da Igreja na sua dimensão extra-eclesial visa, enfim, ser fiel à prática de Jesus, cuja missão se deu na precariedade, na itinerância e na radical postura inclusiva daqueles se encontravam deixados à margem pelo sistema social e religioso. A predileção misericordiosa pelos excluídos expressa o agir Trinitário, amor fontal, como sinais da presença do Reino na história, e antecipação da plenitude escatológica. A sua vida nos mostra que a libertação e a salvação que Deus oferece a todo ser humano é integral, sendo desejo de Deus que todos sejam salvos (1Tm 2,4). Por isso, “os que reduzem a obra salvadora são aqueles que a limitam ao puramente ‘religioso’ e não veem a globalidade do processo [...]; aqueles que se negam a ver que a salvação de Cristo é uma libertação radical de toda miséria, de toda espoliação, de toda alienação” (GUTÉRREZ, 2000, p. 238).

Optar pelos pobres e sofredores significa seguir o Deus da vida e caminhar com aqueles que se encontram em situações de morte, seja física, espiritual ou moral. Todo atentado

à dignidade do ser humano traduz uma atitude não-vida, que deve ser combatida continuamente. Nessa perspectiva é que abordaremos o próximo item: caminhar a partir das periferias.

## 2 CAMINHAR A PARTIR DAS PERIFERIAS

Uma Igreja sinodal é aquela que deseja caminhar a partir das periferias (geográficas, sociais e existenciais), *para* e *com* os pobres de todos os matizes, esta temática tem sido recorrente nas reflexões do Papa Francisco. O nosso *a partir das periferias* se trata de um lugar teológico, referencial de compromisso cristão que, especialmente na América Latina, e sob a chave libertadora, deu-se pela opção preferencial pelos pobres. Por pobres nos remetemos às reflexões de Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano:

É disso que se trata quando falamos da pobreza, da destruição das pessoas e dos povos, das culturas e das tradições; especialmente da pobreza dos mais desprovidos: os índios, os negros e a mulher – que, nessas camadas, se encontra duplamente marginalizada e oprimida. Por isso, não se pode limitar a noção de pobre a uma classe determinada. Qualquer análise que reduza o pobre a opção em favor dele a um plano puramente econômico e político está equivocada e, em nossa perspectiva, é reducionista (GUTIÉRREZ, 2000, p. 24).

Mais à frente Gutiérrez melhor esclarece a questão: “efetivamente, a vida do pobre é uma situação de fome e de exploração, de atenção insuficiente à saúde, de falta de moradia decente, de difícil acesso à educação escolar, de salários baixos e de desemprego, de lutas por seus direitos. Mas não é tudo” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 25). Como se observa, não se trata de menosprezar a pobreza socioeconômica, esta é e sempre será um escândalo, fruto do pecado pessoal e social. O pobre no sentido econômico, submetido a uma vida de privações extremas, nunca deixará de ser pobre e de, portanto, merecer que lutemos juntos, para que tal condição seja superada. Por outro lado, a pobreza possui um caráter amplo, aberto a novas formas e configurações históricas e culturais.

Afigura-nos ser esse também o sentido que Francisco deu à pobreza quando, por ocasião do Primeiro Dia Mundial dos Pobres, em 19/11/2017, assim se dirigiu:

Conhecemos a grande dificuldade que há, no mundo contemporâneo, de poder identificar claramente a pobreza. E, todavia, esta interpela-nos todos os dias com os seus inúmeros rostos marcados pelo sofrimento, pela marginalização, pela opressão, pela violência, pelas torturas e a prisão, pela guerra, pela privação da liberdade e da dignidade, pela ignorância e pelo analfabetismo, pela emergência sanitária e pela falta de trabalho, pelo tráfico de pessoas e pela escravidão, pelo exílio e a miséria, pela migração forçada. A pobreza tem o rosto de mulheres, homens e crianças explorados para vis interesses, espezinhados pelas lógicas perversas do poder e do dinheiro. Como é im-

piedoso e nunca completo o elenco que se é constrangido a elaborar à vista da pobreza, fruto da injustiça social, da miséria moral, da avidez de poucos e da indiferença generalizada! (FRANCISCO, 2017, n. 5).

Aliás, a eclesiologia no nosso continente, em chave libertadora, manifesta como central a solidariedade pelos excluídos, explorados e sofredores. Com efeito, “a opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (CELAM, Documento de Aparecida 391). Tal eclesiologia não apenas recepcionou os grandes temas eclesiológicos do Concílio Vaticano II, mas lhes deu um olhar próprio com base na sua realidade marcada por um enorme contingente de pessoas em condições subumanas ou mesmo desumanas, violentadas em seus direitos sociais, culturais e étnicos. Isso num continente cuja população se declara como sendo majoritariamente cristã.

Essa reflexão eclesiológica latino-americana tem a Igreja como Povo de Deus nascido do êxodo que caminha em direção à sua libertação; como sacramento de salvação, porém encontra na *Igreja dos pobres* a sua concretização histórica; como diálogo com o mundo, todavia particularmente com o mundo dos descartados; como caminhante para a escatologia, contudo, almeja antecipar os sinais de vida – e do Reino – no tempo presente e no espaço onde é chamada a servir (CODINA, 1993, p. 216s).

O *a partir*, ao qual aqui nos referimos, vincula o nosso caminhar às suas lutas, ao nosso empenho por justiça, solidariedade e combate a todo tipo de exclusão. Trata-se de uma Igreja sinodal que parte dos esquecidos (Mt 25, 35-45), tendo-os como sujeitos, interlocutores e, também, promotores da evangelização, Igreja que se faz caminhante enquanto seguidora e discípula e no seguimento se torna sacramento para toda a humanidade.

Com efeito, a sinodalidade da Igreja se relaciona estreitamente com uma espiritualidade que brota do seguimento a Jesus. Espiritualidade está sempre encarnada nos dramas e alegrias existenciais, que têm na vida de Jesus o seu paradigma. Destarte, podemos dizer que “ao fazer de Jesus histórico o modelo de nosso seguimento, a espiritualidade católica nos arranca das ilusões do ‘espiritualismo’, de um cristianismo ‘idealista’, e valores abstratos e alheios a experiências e exigências históricas” (GALILEA, 1979, p. 24).

Esse seguimento que é fonte de alegria (EG 1), ao mesmo tempo nos compromete no serviço aos necessitados. Aliás, o serviço é revelador de uma autêntica caridade cristã (MIRANDA, 2015, p. 21), o qual se volta a todos, mas de modo especial aos vulneráveis. Somos impelidos a olhar para a vida de Jesus histórico, para as suas relações, e mesmo para os seus conflitos, o Jesus da fé que só pode ser encontrado por meio do Jesus histórico. E contemplando a sua vida, vemos que a sua missão se voltou preferencialmente aos pobres, sofredores e excluídos de seu tempo. Nesse sentido, observamos que

À luz do evangelho, da práxis de Jesus, de sua opção pelos pobres, de sua pregação sobre o Reino de Deus, descobre-se clara parcialidade de Deus pelos pobres, de forma que eles não só são os destinatários

privilegiados do reino, mas o lugar onde a revelação é captada com maior profundidade (CODINA, 1993, p. 14-15).

O Papa Francisco nos convida a sair da nossa própria comodidade para alcançar todas as periferias que precisam do Evangelho (EG 20). A sinodalidade existe em função da missão da Igreja. Missão essa que busca realizar continuamente o amor de Deus para com o ser humano e toda a criação. É, por conseguinte, geradora de uma eclesiologia que não se fecha em si mesma. Na convicção revelada de que Deus é amor (1Jo 4,8.15), o nosso seguimento há de nos conduzir a atitudes de tolerância, inclusão, fraternidade e misericórdia. Assim, “se Deus é amor, isso significa que nas comunidades as pessoas não podem ser excluídas. Se Deus é amor, isso significa que as pessoas, grupos e instituições precisam se inquietar e se perguntar sobre os sofrimentos que se abatem sobre a vida humana e cósmica” (RIBEIRO, 2020, p. 397).

Caminhar a partir das periferias significa vivenciar uma solidariedade ativa, que se transforma em ação e compromisso, fruto do nosso encontro com o Ressuscitado. Ao discorrer sobre o sentido – ou sentidos - da solidariedade o Papa Francisco bem demonstra que ser solidário acarreta tomadas de decisão e de ação a favor da justiça e de todos aqueles que se encontram vilipendiados socialmente: “É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro [...]” (FT 116).

Frise-se que o magistério de Francisco está, também neste tema, em plena sintonia com o de Paulo VI. Este, ao falar sobre o desenvolvimento, destacou que: “combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade” (PP 76). Nessa direção, é interessante observar como para ambos não há uma divisão dicotômica entre a oração/espiritualidade e a práxis. Contemplação e prática se alimentam e se apoiam mutuamente.

Na verdade, tal divisão acarretaria numa visão não cristã da realidade; uma espécie variante de gnosticismo. Fato é que de onde partimos garante todo o nosso caminhar, e valida aquilo que desejamos oferecer ao mundo: Boa-nova de salvação, libertação e de vida.

## CONCLUSÃO

Como vimos, a sinodalidade é da essência e da própria natureza da Igreja. Todavia, é também processual, tornamo-nos mais Igreja à medida que somos capazes de caminharmos juntos com o Espírito. Para tanto, porém, há que se cultivar a arte da escuta, tão necessária e ao mesmo tempo escassa. Isso no interior da Igreja (intra-ecclesial) como também para com o mundo (extra-ecclesial). São dimensões que se integram em prol da missão.

Isso demanda o reconhecimento (para além de palavras) de que, como Povo de Deus somos todos ungidos pelo Espírito em nosso batismo. Afinal, “como parte do mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fiéis com um *instinto da fé* – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus (EG 119). Esse *sensus fidei* de que

somos portadores está ao serviço não só da Igreja, mas de todos os seres humanos e de toda a criação.

Mas esse caminhar junto não é aleatório, pois tem como ponto de partida as diversas periferias existentes, estas são lugares teológicos em que Deus se dá a conhecer cada vez mais, nos menores, nos descartados, nos tantos sinais de amor, de solidariedade e de misericórdia para com os necessitados, nestas encontramos o Senhor como caminhante, vivo e ressuscitado no meio de nós.

## REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 6. impr. São Paulo: Paulus, 2010.

CODINA, V. *Para compreender a Ecclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Vaticano: Vaticano, 2018. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_cti\\_20180302\\_sinodalita\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html) Acesso em: 06 Jul. 2022.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, Decretos, Declarações*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*. 11.ed. São Paulo: CNBB; Paulus; Paulinas, 2009.

FORTE, B. *A Igreja: ícone da Trindade*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCISCO, Papa. *Palavras do Papa Francisco no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii gaudium: a alegria do Evangelho*. Brasília: Edições CNBB, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Mensagem do Santo Padre Francisco para o I Dia Mundial dos Pobres*. Vaticano: Vaticano, 2017. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco\\_20170613\\_messaggio-i-giornatamondiale-poveri-2017.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20170613_messaggio-i-giornatamondiale-poveri-2017.html) Acesso em 06 Jul. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Vaticano: Vaticano, 2020. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20201003\\_enciclica-fratelli-tutti.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html) Acesso em : 06 Jul. 2022.

GALILEA, S. *Seguir a Cristo*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

GUTIÉRREZ, G. *A verdade vos libertará: confrontos*. São Paulo: Loyola, 2000.

GUTIÉRREZ, G. *La espiritualidad de la liberación*. Escritos esenciales. Santander: Sal Terrae, 2013.

MIRANDA, M. F. *A Igreja que somos nós*. 1.reimp. São Paulo: Paulinas, 2015.

PAULO VI, Papa. *Carta Encíclica Ecclesiam suam*. Vaticano: Vaticano, 1964. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html) Acesso em: 06 Jul. 2022.

PAULO VI, Papa. *Carta Encíclica Populorum progressio*. Vaticano: Vaticano, 1967. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html) Acesso em: 06 Jul. 2022.

RIBEIRO, C. O. *O princípio pluralista*. São Paulo: Loyola, 2020.

SENIOR, D; STUHLMUELLER, C. Tradução de Anacleto Alvarez; revisão de Juliano Borges de Melo. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2010.